

# Economia submersa mira a superfície

A relação com o Produto Interno Bruto (PIB) atualmente é de 16,6%. Já foi maior. A criação dos MEI ajudou a trazer muita gente para a economia formal.

Sílvia Pimentel

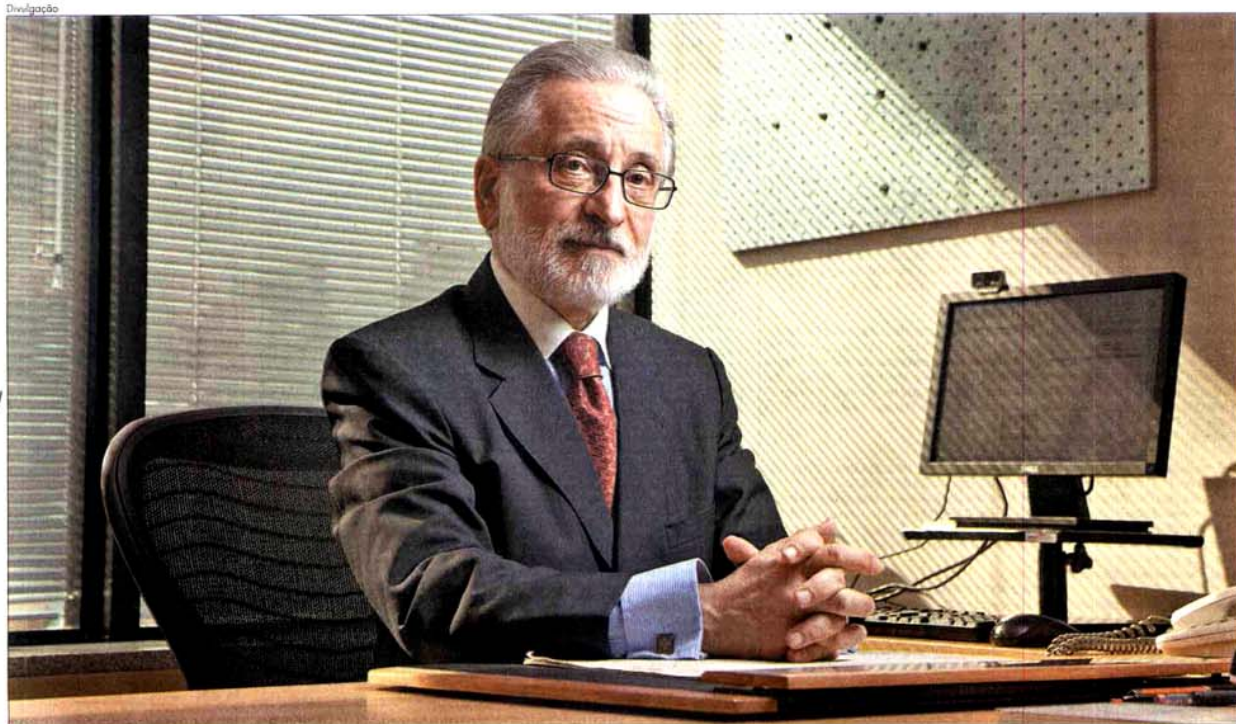
O valor da produção de bens e serviços gerada na informalidade, isto é, à margem do governo, sem pagar impostos, ficou ao redor US\$ 350 bilhões (R\$ 730 bilhões). É cifra portentosa, quando comparada com a economia formal, pois é parecida à do Produto Interno Bruto (PIB) da Colômbia ou da Dinamarca, duas vezes a da Nova Zelândia ou três vezes a da Hungria. A estimativa é do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etcó), que desde 2003 divulga o índice de Economia Subterrânea (IES), junto com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O índice, que relaciona quanto a economia submersa representa quanto comparada ao PIB formal, atingiu 16,6% no ano passado, 0,3 ponto percentual abaixo da marca de 2011. "Estamos numa situação relativamente confortável. O nível de informalidade no Brasil é bem inferior ao encontrado na maior parte de nossos vizinhos sul-americanos", afirma o presidente do Etcó, o embaixador Roberto Abdenur, diplomata de carreira que serviu em postos importantes no exterior, culminando com a embaixada brasileira nos EUA.

Na opinião dele, o governo brasileiro tem se esforçado para reduzir a burocracia e incentivar a formalização de atividades. Mas é preciso avançar mais, diz ele na entrevista a seguir, sobretudo com uma maior divulgação das vantagens da figura jurídica conhecida como MEI (Microempreendedor Individual).

**Diário do Comércio – A economia subterrânea se instala exclusivamente em países pouco desenvolvidos?**

**Roberto Abdenur** – Não há uma metodologia única, usada internacionalmente, para medir a economia oculta. A que serve de base para as nossas pesquisas foi desenvolvida cuidadosamente pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) e o Etcó. O que consta na literatura sobre o assunto é que a economia sub-



Abdenur: "É preciso avançar em novas reduções da burocracia, principalmente para dar mais segurança a quem quer se formalizar".

terrânea existe até em países muito desenvolvidos. Fui embaixador da Alemanha, que é um país muito organizado, e vi que lá havia uma economia subterrânea, embora em menor escala do que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo.

**DC – Na comparação com outros países, qual é o tamanho da economia subterrânea no Brasil?**

**RA** – O Brasil não está em situação ruim. Estamos com um nível de informalidade bem inferior ao encontrado na maior parte de nossos vizinhos sul-americanos. Nossa posição é confortável também na comparação com os países do Brics – como Índia, Rússia, China e África do Sul. O lado bom da trajetória detectada por nós ao longo da última década é que está havendo uma tendência sistemática de redução desse indicador. Em 2003, a economia gerada à margem do Estado representava 21% do PIB em 2003. Hoje está em 16,6%.

**DC – Houve uma queda de 0,8 ponto percentual na passagem**

**de 2009 para 2010, repetida no ano seguinte. Qual é a explicação?**

**RA** – Houve um aumento extraordinário no nível de emprego no período, graças, em boa parte, à política econômica de estímulo ao consumo, que levou à expansão do setor de serviços, aumentando a formalização. Esse é um setor onde a informalidade ainda é muito grande. É importante notar que a informalidade diminuiu num momento de crescimento muito baixo da economia. De qualquer forma, percebemos que está em curso uma desaceleração do processo de redução do índice. A série histórica traz quedas mais significativas.

**DC – Na sua opinião, a economia subterrânea afugenta investimentos no País?**

**RA** – Seguramente não afugenta investimentos de empresas de grande porte, que até podem ter alguma conexão com a informalidade por meio de algum fornecedor. Uma multinacional que quer se instalar no Brasil não desistirá por causa da informalidade. O lado

cruel é que, de modo geral, a informalidade influencia de forma negativa os pequenos empreendedores e as pequenas empresas, que ficam impedidos de ampliarem a sua capacidade de produção e desestimulados a investir em seus negócios. Quem está na informalidade não paga impostos, subtrai recursos de políticas públicas, não conta com seguridade social ou Previdência.

**DC – O que o governo tem feito para reduzir a informalidade? Há resultados a comemorar?**

**RA** – O governo tem feito muito para reduzir a economia subterrânea. São bons exemplos o regime tributário do Simples, a redução da burocracia, a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI) e os programas implementados pelo Sebrae.

**DC – O que mais precisa ser feito?**

**RA** – É preciso avançar em novas reduções da burocracia, principalmente para dar mais segurança a quem quer se formalizar. Muitos têm a intenção mas desistem por insegurança

com a conjuntura econômica, temem uma possível queda do rendimento ou aumento da contribuição obrigatória ou de caírem na malha das autoridades fiscais. As autoridades governamentais, junto com entidades como o Etcó e Associação Comercial de São Paulo (ACSP), precisam ser unidas num esforço para melhor informar e esclarecer sobre as vantagens da formalização.

**DC – Quais são as expectativas para os próximos meses?**

**RA** – Espero que daqui a seis meses, quando divulgarmos o novo índice, haja uma redução. Mas não esperamos um salto espetacular. Até porque a economia formal está entrando num momento complicado. Há indícios de redução do emprego e os índices de crescimento da economia estão sendo revistos para baixo pelo mercado e organismos internacionais. Não quero fazer profecias negativas, mas não é plausível na atual conjuntura esperar redução significativa do índice. Mas sou otimista: no longo prazo, podemos caminhar mais rapida-

mente para um nível de 10%, semelhante ao de economias mais desenvolvidas.

**DC – Há quem diga que o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), em fase de implantação, acabe com a sonegação de impostos, que de alguma forma tem relação com a economia subterrânea. Qual é sua opinião sobre esse projeto?**

**RA** – O aperfeiçoamento da nota fiscal eletrônica é muito importante para o controle da arrecadação. Estamos estudando junto com o Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat) meios para ampliar a chamada manifestação do destinatário, que é importante para fechar o circuito da sonegação. Por esse mecanismo, o destinatário da nota fiscal é obrigado a confirmar se a operação declarada no documento foi efetivamente realizada. Por ora, a nota fiscal permite melhor monitoramento pelas autoridades fazendárias nas operações do comércio. Com a a confirmação do destinatário, aperta-se mais o cerco à sonegação.